

# O Desenvolvimento Territorial Produzido e Apreendido por meio dos Sistemas Territoriais Agroecológicos (SiTAs)

## *The Territorial Development Produced and Apprehended through Agroecological Territorial Systems (SiTAs)*

## *El Desarrollo Territorial Producido y Aprehendido por medio de los Sistemas Territoriales Agroecologicos (SiTAs)*

Roberto Antônio Finatto\* e Márcio Freitas Eduardo\*\*

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar como a Agroecologia, por meio da constituição dos Sistemas Territoriais Agroecológicos (SiTAs), contribui para o desenvolvimento territorial. Parte-se do entendimento de que o desenvolvimento territorial é resultado da ação coletiva e multiescalar de diferentes atores orientada, neste caso, para o avanço da Agroecologia. Trata-se de somar esforços para viabilizar a produção agroecológica, mesmo em contextos adversos. Os resultados indicam que esse fazer coletivo tem produzido SiTAs com capacidade para a geração de renda, a produção de alimentos saudáveis com preservação ambiental, a redução das desigualdades de gênero, a produção da justiça social e de novas conexões entre campo e cidade. Diante da relevância da produção de alimentos agroecológicos, sua multidimensionalidade e multiescalaridade, seus benefícios alcançam toda a sociedade, ultrapassando os limites do campo. Contudo, ainda existem grandes barreiras a serem superadas, em especial na instância das políticas públicas, para a consolidação dos SiTAs como promotores do desenvolvimento territorial no Brasil.

*Palavras-Chave:* Agroecologia. Território. Mercado. Políticas Públicas.

*Pesquisa realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (Chamada CNPq/MCTI/FNDCT n.º 18/2021 - UNIVERSAL).*

\* Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Professor do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: roberto.finatto@ufsc.br

\*\* Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: marcio.eduardo@uffs.edu.br

Artigo recebido em setembro/2023 e aceito para publicação em setembro/2023.

## ABSTRACT

*This article aims at analyzing how agroecology, through the establishment of Agroecological Territorial Systems (SiTAs), contributes to the incentive of territorial development. The research starts from understanding that the territorial development is a result of a different actors' collective and multiscale action, which is oriented, in this case, towards the agroecology promotion. It is about joining efforts to enable agroecological production, even in adverse contexts. The results indicate that this collective action has produced SiTAs with the capacity to generate income, healthy food production along with environmental preservation, gender inequalities reduction, social justice and new connections between the countryside and the city. Under the relevance of the multidimensionality and multiscale of agroecological food production, its benefits reach the whole society, overstepping the countryside boundaries. Nevertheless, there are still major barriers to be surpassed, especially in the public policies instance for the consolidation of SiTAs as promoters of territorial development in Brazil.*

*Keywords: Agroecology. Territory. Market. Public Policies.*

## RESUMEN

*Este artículo objetiva analizar como la agroecología, por medio de la constitución de los Sistemas Territoriales Agroecológicos (SiTAs), contribuye para el incentivo del desarrollo territorial. Se parte del entendimiento de que el desarrollo territorial es resultado de la acción colectiva y multiescalar de diferentes actores orientada, en este caso, a la promoción de la agroecología. Se trata de sumar esfuerzos para permitir la producción agroecológica, aunque en contextos adversos. Los resultados indican que esa actitud colectiva ha producido SiTAs con capacidad para generación de renta, producción de alimentos sanos con preservación ambiental, reducción de las desigualdades de género, justicia social y nuevas conexiones entre campo y ciudad. Delante de la relevancia de la producción de alimentos agroecológicos, su multidimensionalidad y multiescalaridad, sus beneficios alcanzan toda la sociedad, ultrapasando los límites del campo. Sin embargo, todavía se debe superar grandes barreras, en especial en la instancia de las políticas públicas para la consolidación de los SiTAs como promotores del desarrollo territorial en Brasil.*

*Palabras Clave: Agroecología. Territorio. Mercado. Políticas Públicas.*

## INTRODUÇÃO

Este texto considera o desenvolvimento territorial como um processo complexo, multidimensional, multiescalar e que deve ser capaz de reduzir as desigualdades socioespaciais. Assim, a construção de iniciativas de desenvolvimento territorial exige a participação ativa dos sujeitos, a atenção às suas demandas e, considerando as classes sociais estruturantes da sociedade capitalista, as disputas e conflitualidades com o poder político e econômico hegemônico.

Desde o campo brasileiro, a partir da década de 1990, o movimento pela defesa da Agroecologia está sendo capaz de edificar ações consistentes na esfera política, científica e organizativa que refletem no desenvolvimento territorial. Esse movimento foi constituído pela ação coletiva de agricultores, movimentos sociais, ONGs, instituições públicas de pesquisa e extensão rural, entre outros sujeitos que, ao somarem esforços, demonstraram a viabilidade da produção agroecológica.

Embora quantitativamente ainda pouco expressiva<sup>1</sup>, a produção agroecológica está sendo capaz de viabilizar a geração de renda, a inclusão socioprodutiva, a preservação ambiental e formando, criticamente, os sujeitos que participam dessa construção. Ela tem ampliado a autonomia relativa das famílias camponesas e viabilizado a sua permanência no campo. Portanto, se contrapõe ao modelo hegemônico, hoje, no campo brasileiro, o agronegócio - sistema agropecuário onde a acumulação, a monocultura, o trabalho assalariado e a produção em escala são algumas das principais referências (WELCH; FERNANDES, 2008).

Ao articular diferentes sujeitos e recursos em torno de um projeto comum, a Agroecologia produz Sistemas Territoriais Agroecológicos (SiTAs) (FINATTO; EDUARDO, 2021). Diante disso, este artigo tem por objetivo analisar como a Agroecologia, por meio da constituição dos SiTAs, contribui para a promoção do desenvolvimento territorial. O SiTA é, concomitantemente, o resultado da construção concreta dos sujeitos e uma abordagem capaz de realizar apreensões, com base nas diferenças territoriais, para o planejamento estratégico da Agroecologia.

O percurso metodológico do artigo inclui a revisão de literatura para fundamentar os conceitos estruturantes da análise (Agroecologia, desenvolvimento territorial, mercado e políticas públicas) e o acompanhamento, pelos autores do texto, de diferentes experiências de produção e comercialização agroecológica. Também integram as técnicas de levantamento de dados a realização de entrevistas e as observações em campo realizadas com agricultores, grupos (feiras, associações e cooperativas), empresas de orgânicos e organizações da Agroecologia no Sul e no

---

<sup>1</sup> Dados do mês de agosto de 2023 do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) apontam a existência de 24.569 produtores no Brasil. Vale destacar que o CNPO integra dados de diferentes sistemas orgânicos de produção, como o ecológico, o biodinâmico, o natural, o regenerativo, o biológico, o agroecológico e a permacultura (MAPA/CNPO, 2023).

Sudeste do Brasil, sobretudo, nos últimos dez anos, no âmbito do Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais (NATERR<sup>2</sup>).

O artigo está dividido em quatro seções principais. Na primeira, apresentamos o entendimento de desenvolvimento territorial que orientou a análise e como ele se relaciona aos Sistemas Territoriais Agroecológicos; na segunda, discutimos como ocorre a constituição e qual é a função dos SiTAs em áreas de reforma agrária; na sequência, analisamos, por meio de dois casos específicos, as particularidades nas relações com o mercado produzidas pela Agroecologia; por fim, tecemos algumas considerações sobre o papel das políticas públicas no desenvolvimento dos SiTAs.

## O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E O SISTEMA TERRITORIAL AGROECOLÓGICO

Compreendemos o território e o desenvolvimento a partir de uma perspectiva multidimensional, relacional e processual (SAQUET, 2015). A produção dos territórios é causa-consequência da vida cotidiana e de tudo o que a envolve, ou, nos termos de Raffestin (1993), resultado da ação conduzida por um ator sintagmático. Nesse sentido, “o território se constitui, concomitantemente, um produto inerente à manifestação da reprodução da vida em sociedade e uma abordagem explicativa acerca desses processos” (FINATTO; EDUARDO, 2021, p.5).

O território, podemos dizer, cria arranjos espaciais marcados pelo poder dos diferentes grupos sociais. Ele revela a luta de classes na produção e na transformação do espaço. Sua existência é resultado da materialização de distintas intencionalidades. Portanto, “o homem vive relações sociais, construção do território, interações e relações de poder; diferentes atividades cotidianas, que se revelam na construção de malhas, nós e redes, constituindo o território.” (SAQUET, 2015, p.83).

Nesse entendimento, o território não é um simples referencial espacial de localização ou um adjetivo que marca especificidades em determinado produto. Ele, por si só, também não denota algo positivo. Quando partimos do entendimento de que o território revela relações de poder, intencionalidades e interesses na apropriação do espaço, reconhecemos a sua característica relacional, que conduzirá à conflitualidade entre diferentes modelos de desenvolvimento (FERNANDES, 2008).

Tomar o território como referência para o desenvolvimento significa, portanto, delimitar quais sujeitos terão centralidade nas ações propostas e definir a quais interesses, inclusive de classe, estas ações servem. Dematteis (2008, p.34) afirma que

---

<sup>2</sup> O Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais (NATERR) é um grupo de pesquisa interinstitucional vinculado à Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus Erechim*.

[...] para melhorar a qualidade do ambiente e da sociedade, para produzir cultura e desenvolvimento econômico, precisamos agir considerando a territorialidade, entendida como as relações dinâmicas existentes entre os componentes sociais (economia, cultura, instituições, poder) e os elementos materiais e imateriais, vivos e inertes, que são próprios dos territórios onde se habita, se vive e se produz.

Para tanto, o autor destaca a importância da territorialidade ativa (positiva) em contraposição à territorialidade passiva (negativa). A territorialidade ativa se caracteriza pela ação dos sujeitos locais, como resistência aos mecanismos de controle, construindo estratégias de inclusão e de inovação. Por outro lado, a territorialidade passiva é caracterizada pelo ajustamento dos sujeitos aos interesses externos, tem-se uma regulação autoritária do território dada por normas e agentes externos que exercem controle e direcionam as atividades ali exercidas (DEMATTEIS, 2008).

Destacamos, nesse sentido, a importância das territorialidades ativas executadas no contexto da produção agroecológica, responsáveis por constituir os SiTAs. Conforme Finatto e Eduardo (2021, p.12) “um SiTA resulta de um arranjo de fatores ambientais e sociais estruturados em diferentes escalas, ao longo do tempo, em uma área determinada”.

Os SiTAs são resultado de territorialidades ativas, coletivas, engendradas entre diferentes atores (agricultores, movimentos e organizações sociais populares, associações, cooperativas, ONGs, instituições governamentais, consumidores, entre outros) a partir de distintos recursos territoriais, sempre respeitando as características e o potencial ecológico dos agroecossistemas (FINATTO; EDUARDO, 2021). Criam-se, assim, as condições para a produção agroecológica, o seu beneficiamento e a posterior comercialização no mercado.

Do ponto de vista defendido neste artigo, a constituição de um SiTA permite o desenvolvimento territorial, pois, considera, mesmo em um contexto adverso, a multidimensionalidade do desenvolvimento. Trata-se de orientar a atividade produtiva tendo em conta a questão ambiental, a geração de renda, a elevação da autonomia na tomada de decisão, a melhor distribuição da riqueza e os processos participativos e coletivos de organização e de gestão.

Entretanto, a formação dos SiTAs em países em desenvolvimento, como o Brasil, enfrenta constrangimentos em muitos sentidos, já que não são garantidas as condições básicas para a sua plena constituição. Elas devem ser forjadas com a luta e a mobilização social. Um exemplo dessa situação é a insegurança jurídica em relação à terra, como nos casos dos acampamentos pela reforma agrária. Mas, mesmo nas áreas onde a condição jurídica da propriedade da terra já está assegurada, são comuns problemas relacionados à inexistência ou descontinuidade de políticas públicas, falta de assessoria técnica, dificuldade de acesso ao crédito, falta de escola e centros de formação, entre outros.

Por isso, orientar um SiTA ao desenvolvimento territorial exige considerar a sua multidimensionalidade (econômica, cultural, ambiental, política e social). Nesse

caso, a educação, formal e não formal, é uma das dimensões importantes, pois ela permitirá fortalecer os princípios e o projeto de campo vinculados à produção agroecológica. Isso requer uma educação básica que considere a vida, a cultura, os territórios e os sujeitos do campo e tome a sua realidade como referência para o ensino. Nos níveis médio/profissionalizante e superior, deve-se considerar a criação de cursos voltados para a superação do modelo de produção convencional e a produção de conhecimento voltado ao avanço da Agroecologia.

A constituição de um SiTA, conforme exposto em Finatto e Eduardo (2021), é processual e envolve diferentes temporalidades: inicia-se com a negação do sistema de produção convencional e a identificação dos recursos territoriais possíveis de serem orientados para a Agroecologia; na sequência, passa-se para a transição agroecológica, entendida como um complexo processo tanto do ponto de vista ecológico como social; por fim, a produção convencional é superada com a constituição concreta do SiTA. Nesse movimento, nem sempre linear, a partir da superação da produção convencional e com a consolidação da produção agroecológica o desenvolvimento territorial é alcançado.

O desenvolvimento territorial é possibilitado pela criação de redes e novas formas de cooperação entre diferentes atores. Carrière e Cazella (2006) ao analisarem o sucesso econômico de diferentes experiências de desenvolvimento territorial, neste caso, estruturadas com base recursos territoriais específicos<sup>3</sup>, identificam três categorias de atores que cooperam e adotam estratégias comuns: os atores públicos dos diferentes escalões de governo; os atores privados ligados às empresas e aos bancos com capacidade de investimento nas atividades produtivas; e a sociedade civil representada por suas diferentes organizações (associações, cooperativas, sindicatos, entre outras).

Em que pese a importância dessas iniciativas, deve-se sempre reconhecer os seus limites quanto à capacidade de transformação mais profunda nas relações econômicas hegemônicas e o limitado objetivo final, em muitos casos, relacionado apenas à obtenção de renda (ou mesmo de lucro).

Não é o caso de diminuir a importância da dimensão econômica, mas de relativizá-la em meio ao conjunto de potencialidades acionadas pelas estratégias de desenvolvimento territorial. No caso em tela, tendo como centralidade a Agroecologia, desdobram-se aspectos relativos à valorização da cultura e dos conhecimentos camponeses e indígenas, à preservação ambiental, ao trabalho coletivo e aos diferentes mecanismos de mercado, como apresentado mais adiante.

Portanto, orientar um SiTA para a promoção do desenvolvimento territorial significa criar as condições para a sua existência, em diferentes contextos, escalas e com base na formação de relações de cooperação com os atores que compartilham intencionalidades comuns.

---

<sup>3</sup> Os autores citam e estudam diferentes exemplos, em especial do contexto europeu, como o caso dos distritos industriais da "Terceira Itália", a forma de criação tradicional de ovelhas na França e a valorização do patrimônio construído e natural em Portugal.

## A CONSTITUIÇÃO DOS SITAS EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

As ações em torno da Agroecologia no Brasil foram fortalecidas pelo trabalho do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ao assumir a Agroecologia como uma de suas pautas, desde o início dos anos 2000, o MST foi responsável por ampliar o debate sobre a necessidade da reforma agrária popular e o uso da terra para a produção de alimentos, buscando viabilizar a Agroecologia desde o momento da ocupação das áreas e a formação dos acampamentos.

Esse movimento passou a estruturar SiTAs com características diversas, tornando a Agroecologia parte da luta pela reforma agrária (MELLO *et al.*, 2021; MONTELO *et al.*, 2019). Entretanto, especialmente nos acampamentos rurais, a insegurança jurídica em relação à terra e todas as consequências dela decorrentes impacta diretamente na constituição dos SiTAs. Nestes territórios em disputa, a Agroecologia se materializa nas formações técnicas e políticas organizadas pelo MST e nas áreas de produção que passam a ser constituídas para, em um primeiro momento, contribuir com a alimentação das famílias e, na sequência, quando possível, para a geração de renda.

Os territórios em disputa na luta pela reforma agrária, principalmente nos acampamentos, revelam uma importante dimensão dos SiTAs, qual seja: situações em que as práticas agroecológicas ainda não se encontram consolidadas, ou, ainda, quando existem ações e recursos potenciais articulados em torno de uma intenção de trabalho com a Agroecologia. Essa situação revela o potencial para a produção agroecológica no campo brasileiro ainda a ser melhor explorado.

Posteriormente, com a formação dos assentamentos rurais, apesar de todas as dificuldades inerentes ao movimento de construir as condições de vida nestes territórios, a produção agroecológica, pontualmente, tem encontrado possibilidades concretas de desenvolvimento (FRADE; SAUER, 2017; VILHENA; FERREIRA, 2020; SILVA *et al.*, 2020). Um dos exemplos de êxito nas áreas de reforma agrária é a produção de arroz em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul (LINDNER; MEDEIROS, 2021). Atualmente, essa atividade envolve 352 famílias, organizadas em 07 cooperativas, de 22 assentamentos localizados em nove municípios das regiões Metropolitana, Sul, Centro Sul e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (MEDEIROS, 2023).

Outra iniciativa para a constituição dos SiTAs edificada desde os projetos de reforma agrária foi a produção de sementes. O acesso às sementes é fundamental para o desenvolvimento territorial na perspectiva defendida neste texto, já que possibilita a ampliação da autonomia relativa das famílias agricultoras e a preservação da diversidade ecológica. A Rede de Sementes Agroecológicas BioNatur, criada ainda na segunda metade da década de 1990, foi pioneira na produção deste tipo de sementes no Brasil e na América Latina. A produção, iniciada por 12 famílias assentadas nos municípios de Candiota e Hulha Negra, no Rio Grande do Sul,

incorporou famílias assentadas de Minas Gerais e conta com cerca de 350 famílias dedicadas à atividade (SIQUEIRA; FERREIRA, 2019; SILVA *et al.*, 2014).

A formação dos SiTAs em áreas de reforma agrária conta com a contribuição fundamental da Educação do Campo. Enquanto movimento protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, ela busca incidir na política de educação, nos diferentes níveis de formação, considerando os interesses dos povos do campo, das águas e das florestas. Assim, o enfrentamento das políticas neoliberais para a educação e para a agricultura são centrais (CALDART, 2012).

Entre os interesses defendidos pela Educação do Campo, temos a Agroecologia como centralidade, como parte da defesa de um projeto de campo pautado na valorização dos sujeitos que ali produzem a sua existência. Caldart (2012, p.263) afirma que uma das características da Educação do Campo é que ela “combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território”. Fica explícita a sua contribuição para a constituição dos SiTAs.

Em relação às políticas públicas de educação voltadas para as áreas de reforma agrária, destaca-se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Este Programa é resultado da parceria de diferentes instituições com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e possibilita o acesso ao ensino formal, desde a alfabetização até o ensino superior. Assim,

uma característica fundamental do Pronera é o imprescindível protagonismo de jovens e adultos dos projetos de assentamento de reforma agrária. A organização e o envolvimento das instituições representativas dos assentados, junto com o Incra, nas diferentes fases dos projetos têm criado novos espaços dentro dos institutos federais e universidades, inaugurando experiências educacionais inovadoras e necessárias ao desenvolvimento sustentável do campo. (SANTOS *et al.*, 2010, p.08).

A formação possibilita o acesso ao conhecimento científico e tecnológico pelos sujeitos do campo. Isso permite, a um só tempo, valorizar os conhecimentos tradicionais e criar oportunidades de geração de renda e de permanência das famílias nos territórios. Conforme Silva *et al.* (2018), o objetivo dos movimentos sociais é formar os jovens para que eles possam retornar aos seus locais de origem e contribuir, de forma qualificada, com o trabalho nas unidades produtivas.

Nos territórios da reforma agrária organizados pelo MST, com efeito, podemos encontrar uma série de iniciativas com real capacidade de promover o desenvolvimento territorial com base na Agroecologia. A participação coletiva, a práxis formativa (no ambiente formal e não formal) e o desenvolvimento de matrizes tecnológicas apropriadas aos diversos SiTAs tem repercutido em inúmeras experiências de ativação de territorialidades, tais como: sistemas agroflorestais; tecnologias de convivência com o semiárido; multiplicação de sementes crioulas e orgânicas; agroindustrialização da produção e a construção social de mercados.

## DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, AGROECOLOGIA E MERCADO

O desenvolvimento territorial, como assinalado, envolve múltiplas dimensões (econômica, política, espacial, social e ambiental). Na Agroecologia, por conseguinte, essa multidimensionalidade se faz imperante em função da qualidade multifacetada das relações que os sujeitos constroem, entre si e com a natureza, visando a reprodução de suas necessidades concretas.

Em um estabelecimento agropecuário convencional, com especialização em sojicultura, por exemplo, os agricultores se integram como uma engrenagem em um mecanismo maior, desempenhando funções específicas em um circuito de produção e distribuição global. Nesse caso, as sementes, o processo produtivo *in situ* e as dinâmicas de distribuição se articulam em complexas cadeias de valores, organizadas, sobretudo, pelo capital financeiro e por corporações transnacionais. Ao agricultor, com ingerência limitada “porteira adentro”, essas relações mantidas à montante e a jusante de sua unidade de produção são abstrações codificadas como fluxos financeiros.

Os princípios do desenvolvimento, como engendrado pelo complexo da soja, hierarquiza as regiões, conformando uma divisão internacional e territorial do trabalho. Enquanto que a indústria química, os centros de pesquisa e desenvolvimento, as empresas de máquinas e implementos agrícolas e as multinacionais atuantes na distribuição situam-se, majoritariamente, na América do Norte e na Europa Ocidental, a monocultura do grão, apoiada nas vantagens comparativas de uso dos recursos naturais (DELGADO, 2012) e caracterizada pela baixa agregação de valor do produto *in natura*, é “grafia” comum no Sul global.

Neste caso, o “desenvolvimento territorial” passa pelo investimento público em políticas agrárias/agrícolas (THOMÁZ JR., 2004) e pelo investimento em infraestrutura para favorecer o escoamento da produção. Tal lógica de desenvolvimento produz valor com base na espoliação ambiental, na dependência e na reafirmação das desigualdades socioespaciais.

Já o desenvolvimento territorial numa perspectiva agroecológica está fundamentado em um *continuum*, baseado, principalmente, no efetivo envolvimento dos sujeitos com as várias dimensões imbricadas nos processos produtivos. Os insumos, o manejo e o mercado são partes indissociáveis nas experiências concretas e cotidianas dos produtores agroecológicos.

No caso das sementes, a título de ilustração, a Portaria nº 52 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), de 15 de março de 2021<sup>4</sup>, estabeleceu um prazo de cinco anos para que as sementes e mudas, utilizadas

<sup>4</sup> A Portaria nº 52 “Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção e as listas de substâncias e práticas para o uso nos Sistemas Orgânicos de Produção.” (MAPA, 2021).

na Agroecologia, sejam todas provenientes de Sistemas Orgânicos de Produção. Como não há um mercado amplo e estruturado desses produtos, essa normativa tem provocado intensa movimentação entre agricultores, entidades de apoio e de Certificação Participativa, para discutir, democraticamente, as ações necessárias para cumprir essa exigência. Sementes e mudas, portanto, exigem tempo e dedicação das famílias agricultoras, tal como a produção em si. Da mesma forma, na outra ponta, o planejamento produtivo necessita estar conectado às características dos mercados que as famílias acessam.

Nesses termos, produzir agroecologicamente implica em um planejamento estratégico, muito bem delineado, o qual considera, por exemplo, as características ambientais das unidades de produção, a densidade de conhecimentos disponíveis na rede de relações das famílias agricultoras, o dimensionamento dos mercados e as interações com as distintas dinâmicas de comercialização.

Os processos de construção territorial de mercados na Agroecologia evocam, com notoriedade, a forma com que o desenvolvimento territorial pode ser edificado, de forma plural, desde as intencionalidades e arranjos inerentes aos distintos Sistemas Territoriais Agroecológicos. Podemos distinguir os mercados para a Agroecologia em dois circuitos espaciais (por vezes complementares): os circuitos de proximidade e os circuitos extra-locais. Os SiTAs estruturam-se segundo vários propósitos. Contudo, seus arranjos organizacionais e alcances espaciais dialogam, em grande medida, com as potencialidades ou as limitações de mercado.

Os circuitos de proximidade, circuitos curtos ou mercados de proximidade, constituem a maior parte das interações de mercado na Agroecologia (PEREZ-CASSARINO; MEIRELLES, 2018; ROVER; DAROLT, 2021). São formados por feiras livres, entregas à domicílio, vendas nas unidades de produção, comercialização via aplicativos, *deliveries* de produtos orgânicos, lojas/comércios especializados, entre outros. O caráter personificado das relações entre quem produz e quem consome, a identificação da proveniência espacial e dos sistemas técnicos em que foram produzidos os alimentos, sentimentos de confiança, de identidade e de cocriação, além de preços mais acessíveis (em relação ao operado pelo chamado mercado de nicho), são elementos constitutivos dessa constelação relacional. Nos circuitos de proximidade, o ato de compra e venda se associa a um conjunto de outras motivações.

Os SiTAs orientados para atender aos circuitos de proximidade possuem diversos níveis de complexidade. Eles são resultado da rede formada por agricultores locais, entidades de apoio/movimentos sociais, Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC ou Certificadoras de Terceira Parte<sup>5</sup>), consumidores

---

<sup>5</sup> O Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SISORG), administrado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), é composto pelos Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica (SPG) e pela Certificação por Auditoria. O registro da certificação em um SPG ocorre por meio de um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC). A certificação por auditoria é realizada pela contratação, por parte do interessado, de uma empresa certificadora. No caso da venda direta, sem certificação, os agricultores familiares deverão estar vinculados a uma Organização de Controle Social (OCS) devidamente registrada no MAPA (Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007).

(indivíduos, empresas ou grupos de consumo), poder público municipal e órgãos locais/regionais de pesquisa e de ATER. Não é comum encontrarmos um agricultor agroecológico distanciado de redes de apoio e de cooperação, pois o fazer agroecológico possui um contundente caráter coletivo.

Em cada região, as características edafoclimáticas próprias, a densidade de saberes inerentes à rede de sujeitos, os arranjos da rede urbana e o dimensionamento do mercado consumidor são questões relevantes para a delimitação e para o planejamento estratégico de cada SiTA. Na sequência, apresentamos dois exemplos, em diferentes escalas de mercado, de como os SiTAs conduzem ao desenvolvimento territorial.

### **O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas: um SiTA voltado aos mercados de proximidade**

A criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO), na cidade do Rio de Janeiro, ilustra o movimento evolutivo de um SiTA, na direção de territorializar a organização coletiva e de construir estratégias, através da institucionalidade, para viabilizar e fortalecer mercados de proximidade. A regulamentação do CCFO ocorreu em 2012, com o Decreto nº 35.064 de 25 de janeiro de 2012 (Câmara Municipal do Rio de Janeiro), produto da colaboração entre a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário da Prefeitura do Rio de Janeiro (SEDES) e entidades históricas do campo da Agroecologia.

O Conselho Gestor do CCFO é integrado pela Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), a Associação AS-PTA e a Organização não Governamental Essência Vital. A capital carioca conta, hoje, com 21 feiras orgânicas distribuídas em locais estratégicos da cidade, envolvendo, diretamente, mais de 200 produtores agroecológicos certificados (ANDRADE, 2022).

O sucesso alcançado pelo CCFO, seja pelo seu reconhecimento como política pública de abastecimento (com centralidade na agricultura familiar e nos princípios da economia solidária) ou pela expressividade de canais e de volume de comercialização realizado via sistema de venda direta, é o resultado de mais de trinta anos de trabalho-reflexão-ação das supracitadas entidades. A ABIO e a AS-PTA, criadas na década de 1980, também é oportuno reconhecer, contribuíram ativamente com a construção do próprio movimento agroecológico brasileiro.

Da constituição do SiTA, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), à promoção do CCFO, diversas ações e articulações foram decantadas e contribuíram para esse êxito, entre elas: a defesa da Agroecologia como um enfoque para o desenvolvimento rural sustentável; a realização de projetos, ações e o desenvolvimento de metodologias visando a expansão da organização coletiva entre produtores; a construção social de canais “alternativos” de comercialização; e a contribuição para a criação da legislação relacionada aos Sistemas Orgânicos de Produção no Brasil, notadamente, na proposição de metodologias que viabilizaram o pioneirismo brasileiro no reconhecimento dos Sistemas Participativos de Garantia.

Outro precedente importante do CCFO diz respeito a autocrítica efetivada pelas entidades, como a promovida em âmbito da ABIO, em assembleia geral no ano de 2007, a qual sinalizou a necessidade de repensar a relação entre produtores e consumidores, bem como, as estratégias de comercialização em curso.

Dos anos 1990 até o início dos anos 2000, a ABIO buscou elevar as escalas de produção, com intuito de acessar mercados maiores (redes de supermercados, CEASA, lojas especializadas em orgânicos, etc.) e maximizar os resultados econômicos de seus produtores. O percurso, insatisfatório, mas de denso aprendizado, levou à desmobilização dos associados em face da incompatibilidade entre os pressupostos da produção agroecológica e a lógica de funcionamento dos mercados convencionais. O encaminhamento da assembleia geral, em síntese, levou os associados a ponderar suas origens e a revalorizar as feiras e as experiências de venda direta, como outrora.

Com a sintonia de projeto, se desafiaram a reconstruir as feiras. Inicialmente, na Zona Sul, tendo por base um público mais elitizado. Posteriormente, estabeleceram interações com as periferias da cidade do Rio de Janeiro. As feiras se proliferaram, mas com uma relação demasiadamente precária junto ao poder público municipal, até o ponto que “os governos perceberam que uma feira não é um favor”, conforme relato de uma entrevistada da ABIO.

A articulação que se seguiu delineou a proposta do CCFO. Com regulamentação expedida via portarias, pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, produtores dos municípios da RMRJ compõem o Circuito. O núcleo dessa organicidade enfatiza a comercialização de alimentos produzidos localmente, a observância da sazonalidade da produção agroecológica, o princípio do preço justo e a imprescindibilidade das relações de venda direta. A lógica de funcionamento do Circuito, com efeito, promove proteção dos mercados de proximidade frente a ação de agentes externos, reservando-os aos produtores agroecológicos locais.

O circuito de proximidade, estruturado por intermédio do Sistema Territorial Agroecológico que originou o CCFO, expressa o acúmulo de aprendizados e de interações espacialmente referenciadas. Não se trata de um modelo integralmente replicável em outros lugares, haja vista que poucas regiões brasileiras contam com entidades de apoio à Agroecologia com tamanha densidade organizacional ou com potencialidades de mercado como no Rio de Janeiro<sup>6</sup>. Entrementes, ressalvadas as particularidades, elementos constituintes de cada SiTA podem servir de inspiração às mais diversas iniciativas, sejam elas produtivas, voltadas para a construção social de mercados ou no campo das políticas públicas.

---

<sup>6</sup> Dois desafios, inerentes à experiência do CCFO, têm sido enfrentados atualmente. Como consequência da pandemia do Coronavírus, o fechamento temporário de feiras levou a certo “afrouxamento” das relações sociais e a entrada de agentes externos (delivery de orgânicos) sem engajamento com a rede de sujeitos do supracitado SiTA. Outro desafio, por seu turno, está vinculado à proposição de dinâmicas de construção social de mercados em regiões interioranas do estado. Uma miríade de produtores, por questões logísticas, está impossibilitada de interagir com os mercados de proximidade na capital carioca.

## **O Circuito Sul de Comercialização e de Circulação de Produtos Orgânicos da Rede Ecológica de Agroecologia: um SiTA voltado ao mercado extra-local**

Os circuitos extra-locais congregam múltiplas dinâmicas territoriais e de interações com os mercados. A organização territorial historicamente constituída no Brasil é um fator limitante para o pleno funcionamento dos circuitos de proximidade. As desconexões entre os locais de produção e os locais de consumo de produtos orgânicos podem estar atreladas às distintas densidades demográficas presentes na rede urbana, às características edafoclimáticas dos lugares e sua influência na configuração dos arranjos produtivos (ex. distribuição espacial da fruticultura tropical e temperada) ou aos gargalos em termos tecnológicos, de infraestrutura ou logísticos.

As estratégias adotadas pelos sujeitos para a viabilização dos circuitos extra-locais pautam-se na organização das famílias agricultoras em cooperativas e associações, na elevação das escalas de produção, na padronização dos produtos, na transformação agroindustrial dos alimentos (geleias, sucos, farinhas, etc.) e no planejamento produtivo alinhado às dinâmicas dos mercados e da própria distribuição.

Como potenciais mercados dos circuitos extra-locais figuram as compras institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE), o fornecimentos a indivíduos ou grupos de consumo, as feiras livres (visando a diversificação da oferta de produtos), as lojas especializadas em produtos orgânicos, as empresas de processamento (agroindústria, padarias e restaurantes), as empresas distribuidoras de orgânicos no atacado, as iniciativas de venda via assinatura e *delivery*, as redes de supermercados e os mercados de importação e de exportação.

Cada dinâmica de mercado extra-local para os produtos orgânicos possui sua própria complexidade. Exemplo disso é o processo de certificação da conformidade orgânica para importação e exportação, que deve respeitar as diferentes legislações internacionais. O Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Orgânicos da Rede Ecológica de Agroecologia é uma experiência pioneira no Brasil. Caracteriza-se, de modo geral, por concatenar uma rede de sujeitos que atuam com Agroecologia no Sul do Brasil, envolvendo, concomitantemente, quatro dimensões:

- 1) produção; 2) certificação participativa; 3) logística/circulação; e 4) comercialização.

A base organizativa do Circuito Sul assenta-se na experiência histórica que resultou na criação da Rede Ecológica de Agroecologia (ARL, 2007; RADOMSKY, 2010), no final da década de 1990, constituída com o intuito de promover um processo inclusivo, ético e autogestionado de certificação da qualidade orgânica dos alimentos pelo sistema participativo.

A criação do Circuito Sul se constituiu como uma estratégia de superação das limitações presentes nos mercados de proximidade no interior dos estados do Sul do Brasil. A incompatibilidade entre os potenciais produtivos regionais e a

demanda limitada dos mercados interioranos para os produtos orgânicos resultou na promoção de uma experiência colaborativa entre agricultores (organizados em associações e cooperativas), para a viabilização de um sistema de circulação que propiciasse o escoamento de sua produção em regiões de elevada demanda.

Em síntese, a proposta, desde sua gênese, consistiu em conectar produção e consumo, através de circuitos logísticos extra-locais gestados pelos próprios produtores. O Circuito Sul está organizado em Estações-Núcleo, as quais realizam um planejamento produtivo integrado e cooperam na esfera da distribuição e da comercialização dos produtos orgânicos.

Em 2006, a primeira “rota” do Circuito Sul entrou em operação (EDUARDO; KLEIN; GONÇALVES, 2020). Seu traçado permitiu colocar em circulação os excedentes produtivos das seguintes Estações-Núcleo, vinculadas à Rede Ecológica de Agroecologia: Três Arroios (RS) (Ecoterra – Associação Regional de Cooperação e Agroecologia); Lages (SC) (Ecoserra – Cooperativa Ecológica dos Agricultores, Artesãos e Consumidores da Região Serrana); Porto União (SC), União da Vitória (PR) (AFRUTA - Associação dos Produtores Ecológicos de Porto União); Lapa (PR) (Cooperativa Terra Livre); Curitiba (PR) (AOPA - Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia); Adrianópolis (PR) e Barra do Turvo (SP) (Cooperafloresta – Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis) (EDUARDO; FINATO; KONRAD, 2023).

Nesses municípios, as organizações citadas constituíram-se como “nós” centrais, chamados de “Estações-Núcleo” e foram articulando, regionalmente, pontos de conexão intermediários e vinculados ao seu próprio planejamento.

Com essa dinâmica, os principais produtos orgânicos de cada Estação-Núcleo, antes excedentes produtivos comercializados em mercados convencionais, como os *citrus* da Ecoterra, as maçãs da Ecoserra, as cebolas da Afruta, o feijão da Cooperativa Terra Livre e as bananas da Cooperafloresta, passaram a ser escoados nos mercados de orgânicos nas regiões de abrangência do Circuito. Na Região Metropolitana de Curitiba, em especial, a articulação com a AOPA promoveu o incremento crescente na comercialização de alimentos orgânicos (através de feiras, entregas a domicílio e via o PNAE).

Atualmente, o Circuito Sul possui Estações-Núcleo nos três estados da região Sul e na capital paulista. Promove uma articulação horizontal, produtora de sinergias territoriais entre Sistemas Territoriais Agroecológicos complementares. Cada Estação-Núcleo possui autonomia de gestão e de interações com os mercados. Porém, cooperam para a realização de planejamento produtivo (evitando produtos de difícil comercialização) e para a estruturação de um sistema de circulação adequado aos arranjos produtivos e às conexões de mercado existentes.

Conforme estimativas do coletivo de organizações que integra o Circuito Sul, aproximadamente 1.600 pessoas, entre agricultores e assessores técnicos, participam diretamente do processo. Semanalmente, são escoadas cerca de 150 toneladas de alimentos orgânicos certificados (transformados, minimamente processados e *in natura*), aliando geração de renda às famílias, ampliação da oferta de alimentos saudáveis aos consumidores urbanos e proteção do meio ambiente.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS INDUTORAS DOS SITAS

Pelos argumentos defendidos neste texto, fica explícita a necessária abrangência das políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento territorial por meio dos SiTAs. A multiescalaridade e a multidimensionalidade dos SiTAs exigem do Estado atenção em diferentes aspectos. Isso, entretanto, não torna o Estado o sujeito do processo. Também ficou explícito que a mobilização da sociedade civil, por meio de organizações e movimentos sociais populares, foi fundamental para o avanço da Agroecologia (MOREIRA; 2019; NIEDERLE *et al.*, 2019). Essa mobilização permitiu a luta para que as pautas relacionadas à Agroecologia recebessem atenção no plano estatal (Certificação Participativa, Educação do Campo, Reforma Agrária, entre outras).

Dessa forma, cumpre reconhecer o potencial das políticas públicas na indução da Agroecologia, pois, no modo de produção capitalista, o Estado centraliza os recursos financeiros capazes de potencializar os processos de desenvolvimento territorial. A Agroecologia tem como base o respeito das territorialidades camponesas, indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais. Portanto, torná-la propulsora do desenvolvimento implica garantir o atendimento aos direitos desses povos, partindo, do mais básico, o direito ao território.

As políticas precisam ser consideradas numa perspectiva de complementaridade, intervindo diretamente nos diferentes pontos de constrangimento da produção, agroindustrialização e comercialização dos produtos orgânicos. Exemplo da importância desse entendimento, fica explicitado nos casos em que as políticas públicas viabilizaram a certificação orgânica, possibilitando, por consequência, a expansão dos mercados para os produtos (em especial para o PAA e o PNAE, mas também para varejo nacional), antes limitados aos circuitos de proximidade. Esse movimento garantiu a viabilidade econômica para inúmeras famílias, antes, com dificuldades de produzir em função das limitações de mercado.

A partir de 2012, com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e os Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO I e II), foram realizadas ações concretas (valorização dos alimentos orgânicos nos mercados institucionais, investimentos em infraestrutura e em ATER, entre outros) para o fortalecimento das dinâmicas produtivas em curso e para o incremento no número de famílias em transição agroecológica.

Não menos importante é a articulação das políticas nos planos municipal, estadual e nacional. A complementaridade entre esses três níveis potencializa a configuração dos SiTAs. Políticas importantes, em nível estadual, foram elaboradas e executadas a partir daquilo colocado na PNAPO (TROVATTO *et al.*, 2017), mas, também na esfera estadual são comuns mudanças políticas e organizacionais que impactam na criação e na continuidade das ações (GUÉNEAU *et al.*, 2019).

Existem limites para a concretização dos objetivos, das metas, das estratégias e das iniciativas definidas no PLANAPO diante da mudança na conjuntura política e das disputas em torno dos recursos públicos. Muitas políticas são descontinuadas ou sofrem cortes significativos em seus orçamentos, provocando retrocessos e desmobilização das famílias agricultoras que já estão trabalhando com a Agroecologia, incluindo daquelas em processo de transição. Isso tem demandado contínua mobilização das organizações e dos movimentos sociais populares para manter a pauta da Agroecologia presente no cenário político brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto teve o objetivo de apresentar, a partir de diferentes exemplos empíricos do Brasil, como a Agroecologia, por meio da constituição dos SiTAs, contribui diretamente para o desenvolvimento territorial. Os SiTAs são resultado do acúmulo de trabalho e de aprendizagens oriundos do fazer coletivo de diferentes sujeitos, no campo e na cidade, em prol da Agroecologia. Se constituem, portanto, como síntese da multidimensionalidade do desenvolvimento numa perspectiva territorial, ou seja, desde e para os sujeitos que os integram.

A ênfase dada ao mercado ao longo do texto é justificada pela necessidade de renda na produção agroecológica. Como qualquer outra atividade produtiva, é a geração de renda, em nível satisfatório, que permite a viabilidade da produção e, por consequência, a manutenção das famílias na Agroecologia. Entretanto, no caso da Agroecologia, a relação com o mercado busca garantir a autonomia relativa das famílias, outro princípio do desenvolvimento territorial aqui defendido.

As políticas públicas para o desenvolvimento territorial têm papel limitado, mas, ainda assim, são fundamentais para a configuração dos SiTAs. Elas devem ser orientadas por um projeto que considere o campo como um território de vida. Promover a Agroecologia significa garantir qualidade de vida no campo e estimular, a partir dele e dos alimentos ali produzidos, transformações mais profundas no sistema agroalimentar, repercutindo na redução das desigualdades socioespaciais.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, S. L. **O circuito carioca de feiras orgânicas e suas interações espaciais**. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.
- ARL, V. **Caderno de Formação**. Florianópolis Rede Ecovida de Agroecologia, 2007.
- BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria nº 52 de 15 de março de 2021**. Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção e as listas de substâncias e práticas para o uso nos Sistemas Orgânicos de Produção. Brasília. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-52-de-15-de-marco-de-2021-310003720>. Acesso em: 24 abr. de 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm). Acesso em: 22 ago. 2023.
- BRASIL. **Lei Federal nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm). Acesso em: 25 jul. 2023.
- CALDART, R. S. Educação do campo. In: CALDART, R. S. et al. (orgs.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CARRIÈRE, Jean-Paul; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**, Florianópolis, v.4, p.23-47, dez. 2006.
- DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio – mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora UFRGS/PGDR, 2012.
- DEMATTEIS, G. Sistema Local territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular. 2008.
- EDUARDO, M. F.; KLEIN, E. J.; GONÇALVES, G. J. A Ecoterra e seu constructo territorial de mercado: As experiências de venda direta como antecedentes do Circuito Sul de circulação e comercialização de produtos agroecológicos, criado no contexto da Rede Ecovida de Agroecologia. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v.2, n.2, p.144-189, 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/26586>
- EDUARDO, M. F.; FINATTO, R. A.; KONRAD, J. A construção de redes no mercado de produtos orgânicos: o caso do Circuito Sul de Circulação e Comercialização da Rede Ecovida de Agroecologia. **Terra@ Plural**, v.17, p.1-16, 2023.
- FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. et al. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, p.173-224, 2008.

- FINATTO, R. A.; EDUARDO, M. F. Sistema Territorial Agroecológico (SiTA): uma proposta teórico-metodológica para a análise e a construção da agroecologia. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v.41, n.1, p.1-22, 2021.
- FRADE, F.; SAUER, S. O MST e a experiência de agroecologia em assentamentos de reforma agrária no Brasil. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v.2, n.3, p.64-95, 2017.
- GUÉNEAU, S. et al. A construção das políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.14, n.2, p. 8-21, 2019.
- LINDNER, M.; MEDEIROS, R. M. V. Produção de arroz orgânico em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: práticas de organização coletiva e sua contribuição para a fixação do homem no campo. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v.25, e.36, p.01-23, 2021.
- MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 29 ago. 2023.
- MEDEIROS, C. **Festa da colheita**. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/03/17/>. Acesso em: 11 ago. 2023.
- MELLO, J. C. de; FINATTO, R. A.; EDUARDO, M F. Agroecologia e reforma agrária: reflexões a partir das experiências do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio – Paraná. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v.24, n.57, p.255-282, 2021.
- MONTELO, M. A. C.; SILVA, J. J. B.; DI TEODORO, K. G. S.; AZAR, Z. S. A agroecologia na reforma agrária: a experiência das mulheres no assentamento Cristiana Alves - Itapecuru Mirim - Maranhão. In: IX JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Anais...**, São Luís, Maranhão, 2019.
- MOREIRA, S. L. S. **A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil**. 2019. 193 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- NIEDERLE, P. A. et al. A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.24, n.1, jan./abr. 2019.
- PEREZ-CASSARINO, J.; MEIRELLES, L. Rede ecovida de agroecologia: origens, princípios e sua concepção de comercialização. In: PEREZ-CASSARINO, J.; TRICHES, R. M.; BACCARIN, J. G.; TEO, C. R. P. A. (orgs.). **Abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais**. Chapecó: Editora UFFS; Praia, Cabo Verde: UNICV, 2018. p.254-282.
- RADOMSKY, G. F. W. **Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual**. 2010. 301 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27154>. Acesso em: 16 ago. 2023.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROVER, O. J.; DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. *In*: DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis: Estúdio Sempredo, 2021.

SANTOS, C.; MICHELOTTI, F.; SOUSA, R. Educação do campo, agroecologia e protagonismo social: a experiência do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). **Agriculturas**, v.7, n.4, p.7-11, dez. 2010.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

SILVA, J. V. da; FINATTO, R. A.; EDUARDO, M. F. Agroecologia e reforma agrária: um estudo sobre as práticas agroecológicas no assentamento Celso Furtado, Paraná. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.21, n.77, p.111-132, 2020.

SILVA, P. M. *et al.* Rede de sementes agroecológicas Bionatur uma trajetória de luta e superação. **Agriculturas**, v.11, n.1, p.33-37, abr. 2014.

SILVA, S. A. da; BALESTRIN, N. L.; BRANDENBURG, A. A agroecologia como um projeto em construção no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. **Revista GeoPantanal**, v.13, n.24, p.85-98, 2018.

SIQUEIRA, D. L.; FERREIRA, G. H. C. Produção de sementes de hortaliças agroecológicas: o caso da BIONATUR nas áreas de assentamentos do MST no norte de Minas Gerais. **Geopauta**, v.3, p.111-126, 2019.

THOMAZ JR., A. Reestruturação produtiva do capital no campo no século XXI e os desafios para o trabalho. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v.5, n.2-3, 2004.

TROVATTO, C. M. M. *et al.* A construção da política nacional de agroecologia e produção orgânica: um olhar sobre a gestão do primeiro plano nacional de agroecologia e produção orgânica. *In*: SAMBUICHI, Regina H. R. *et al.* (orgs.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Ipea, 2017.

VILHENA, L. F. N.; FERREIRA, L. A. Reforma agrária popular do MST: avanços e limitações da proposta agroecológica no PA Abril Vermelho, em Santa Bárbara - PA. **Retratos de Assentamentos**, v.23, n.2, p. 205-230, 2020.

WELCH, C. A.; FERNANDES, B. M. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.